

DISCURSO DO PROF. MÁRIO CASASSANTA

Na sessão solene de instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, no dia 4 de fevereiro de 1957.

Considerando com olhos plácidos o panorama da educação nacional, não pode haver um brasileiro de bom senso que profundamente não se aflija, quer pela desproporção entre os nossos esforços e a gravidade do problema, quer pela maneira pouco razoável em que comumente se desenvolvem êsses esforços.

Não fazemos tudo o que deveríamos fazer, e o que fazemos nem sempre obedece a linhas de um plano que assegure eficiência.

Em primeiro lugar, a importância do problema. Haverá por ventura algum que o sobreleve? A preparação de homens capazes foi sempre a marca dos verdadeiros estadistas, porque não há nação que possa encarar, com tranquilidade, o seu futuro, se não cuidar, como deve, de se aparelhar para as lutas inevitáveis que a aguardam no áspero itinerário humano. Essa necessidade de uma preparação idônea sobe de ponto, quando se pondera que êsse povo, como o nosso, transpõe uma fase de excepcional desenvolvimento econômico. O Brasil cresce espantosamente, e a cada hora se observa que as suas instituições e os seus serviços não acompanham o seu crescimento. Como o adolescente, que mal se avém com a roupa, sente a inquietação e o desconforto das estreitezas, nutrindo ideias de uma situação melhor, experimentamos, neste momento, o travo dos desajustes e a agitação de quem quer reajustar-se. Aventam-se soluções, criam-se serviços, buscam-se novos caminhos. Que vantagem, porém, acarretarão tais iniciativas, por mais aconselháveis que sejam, se não dispusermos do material humano necessário? Que valem mais uma instituição, mais um colégio, mais uma faculdade ou uma universidade, se não tivermos professores que lhes imprimam a essência de uma escola? Certas iniciativas, por mais sedutoras que sejam as aparências de que se revistam, não compensam o sacrifício que custam, já que a carência de gente capaz acaba

por inutilizá-las. É preferível, como o velho Brasil, ter apenas dois cursos jurídicos, que nos deram juristas da excelência de um Rui Barbosa, de um Lafaiete ou de um Teixeira de Freitas, a tê-los por tôda parte, sem a fôrça de formar juristas que lhes recolham a herança, como desgraçadamente está acontecendo.

O que se passa no ensino superior é realmente alarmante, pois é evidente que não é a quantidade de escolas, senão a qualidade delas, que nos pode proporcionar o tipo de homens de que necessitamos. O ensino superior supõe, como os elementos da palavra o estão dizendo, uma atividade superior, a saber, acima das outras, e, por isso mesmo, postula inteligências superiores. Pouco importa que os portadores de inteligências dessa ordem venham desta ou daquela camada social. O essencial é que sejam devidamente e acabadamente aproveitadas, porque a inteligência não nos parece matéria prima tão numerosa e tão vulgar que possamos dar-nos ao luxo de perder uma só.

Dispomos de um sistema de ensino superior não pequeno, e, todavia, milhares de alunos disputam o acesso a êle, como se tanta gente fôsse capaz dêsse tipo de estudo e de cultura. Ensino superior - insistimos - demanda uma alta qualidade de espírito, e, e que é mais, subentende um poder de esforço, de renúncia, de constância e de sacrifício que se nos afiguram mais raros ainda do que os dons de espírito.

Não é de admirar, por isso, que um aparelhamento caro, como é o nosso sistema de ensino superior, não corresponda ao dinheiro que nos custa, visto que, por sua organização, por seu funcionamento, pelo elemento humano que lhe deve dar vida, não tem formado os homens de que carecemos e de que precisamos.

Pelo que toca ao ensino secundário, evidentemente não vamos melhor. Governo e povo, pais e professôres, técnicos e leigos não se satisfazem com o sistema atual. A deficiente formação de professôres, o número de matérias, a sobrecarga dos programas, o diminuto horário escolar, a falta de estudo dirigido que contrabalance as deficiências do estudo em casa, o preço dos livros que

não anima o gôsto da leitura, de si já escasso, a impossibilidade de se oferecer a todos o ensino público, e, conseqüentemente, a proliferação da indústria particular do ensino, e outros fatores que não vem para aqui especificar, levaram-nos a um estado de balbúrdia e ineficiêcia que nos estarrece. Os próprios estabelecimentos de ensino a cargo de ordens religiosas, que, pelos altos ideais que os animam, deveriam encarar os problemas com outros olhos, se escampam por vêzes ao mercenarismo dominante, perdem em noção de simpatia humana, devotamento e sacrifício. Se se lhes depara um caso de aluno, já não dizemos difícil, mas com a inquietação natural da idade, apressam-se em afastá-lo, forçando-o, direita ou obliquamente, a uma transferência. Justamente revoltado, desabafava conosco há tempos um preclaro professor e excelente cristão:- Êsses colégios não querem aborrecimento, e por isso, só toleram meninos comportados. Não se preocupam com a educação: querem meninos já educados.

Criando as Faculdades de Filosofia, quiseram os nossos homens públicos atacar o cerne do problema, porque os bons professores preencheriam boa parte das lacunas. A medida, porém, não tem produzido os frutos que dela se esperavam. De um lado, as faculdades são poucas, e acrescentemos que nem poderão ser mais numerosas, à falta de professores que as componham. De outro lado, aquelas mesmas que existem nem sempre podem formar bons professores. Ao cabo, achando-se o ensino secundário na sua maioria entregue a particulares, os salários diminutos não são de molde a atrair as melhores vocações.

A decadência é visível, se se coteja com o que produziam os nossos antigos colégios, sem o aparelhamento nem a pompa dos atuais. Não vai aqui saudosismo, mas verdade. Os poucos estabelecimentos, que nos serviam, prepararam homens que viveram superiormente a vida. Onde estudaram um Rui, um Oswaldo Cruz, um Rio Branco, um Joaquim Nabuco ou um Euclides da Cunha? De Lafayette Rodrigues Ferreira sabemos que aprendeu a sua opulenta latimidade com o vigário de Prados...

Dir-se-á que o quadro não é bem êsse, pois Raul Pompéia

imortalizou, no "O ATENEU", a imagem de um dos melhores colégios do seu tempo, e a sua obra vale por um libelo. Dir-se-á mal. O colégio de Abílio César Borges seria, ainda hoje, um grande colégio, e prouvera a Deus que os tivéssemos da mesma espécie. De resto, não foi o notável escritor um desmentido de sua própria tese? Na verdade, quem, aos dezoito anos, escrevia CANÇÕES SEM METRO, e aos vinte e cinco anos, uma obra tão prima - não tinha absolutamente o direito de censurar a escola e os mestres que o instruíram.

Diante da ineficiência indisfarçável, escusam-se os que cuidam do ensino secundário com lançar a culpa ao ensino primário.

- Os alunos vêm sem base primária...

Aqui devemos articular o nosso alto lá! Da ineficiência geral a única escola que se excetua, porque de algum modo tem preenchido os seus objetivos, tem sido sempre a primária. Qual, com efeito, o seu programa? Transmitir as experiências fundamentais da espécie, ensinar um mínimo essencial, dotar o homem dos instrumentos primários de desenvolvimento, que por muito tempo se reduziram a ler, escrever e contar, e isso tem-no ela feito, ontem como hoje, não raro com extraordinária eficiência.

Além disso, cumpre acentuar que a escola primária tem um fim em si e não se destina a preparar alunos para o curso secundário. É a escola de tôdas as crianças de todo o povo, e, particularmente, a única escola do pobre. Como já se disse e bem, ela "no play favorites". Tentar deformá-la em detrimento do povo para benefício de classes representa uma enormidade que de modo algum se deve admitir.

O mais que se pode fazer será ampliá-la, ou aumentando-lhe os cursos, como avisadamente se cogita no domínio federal, e o preclaro Ministro Clóvis Salgado o tem reiterado, e êsse será o seu maior título de glória, ou primarizando os primeiros anos do curso secundário, sob a imediata e severa inspeção do Governo.

Adapte-se o curso secundário ao primário e não o primá

rio ao secundário - é o que nos parece, nas atuais circunstâncias, mais aconselhável e mais exequível, desde que se tome a cautela de evitar que os industriais do ensino não façam da escola primária o que fizeram da secundária.

O que, mais do que tudo, nos revolta é atribuir-se ao professor primário brasileiro a responsabilidade de uma culpa que de todo em todo não lhe cabe, porque em nenhum outro setor de nossa vida pública se encontrará nunca maior soma de esforço, maior devotamento, mais capacidade de sacrifícios, mais cálido e ingênuo amor ao Brasil.

Depois de longo afastamento dessa nobre família humana, voltamos a conviver com ela, e, pensando que ela também sofrerá a sorte do declínio geral, experimentamos a surpresa de verificar que as nossas professoras conservam, em boa parte, a alta noção de suas responsabilidades, dando mais horas do que se lhes pedem e praticando um constante esforço de ascensão.

Mais ainda, e, enfim, chegamos ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais.

Encetando os nossos trabalhos há alguns meses, demos preferência ao setor da linguagem, não só porque constituiu a ocupação e a preocupação de uma vida, mas principalmente porque, revestindo-se da maior importância, tem sido dos pontos fracos que ordinariamente se verberam em nossa educação.

Para isso, convocamos as orientadoras do ensino primário da Capital e pedimos-lhes que nos obtivessem dos seus grupos composições de tôdas as séries acêrca de alguns temas comuns.

Era nosso objetivo, que está sendo pacientemente perseguido, determinar quais as palavras de maior uso, qual a evolução da estrutura das orações, quais os erros mais freqüentes.

Reservamo-nos para nós próprios os levantamentos dos erros mais freqüentes, e a nossa surpresa foi tão grande que algumas vêzes duvidamos da autenticidade de trabalhos bem autênticos.

Basta assinalar êste fato que pode ser fãcilmente provado, em razãõ de fundar-se em documentos: como lecionamos na Universidade e líames contemporãneamente provas de universitãrios e composições de criançãs, pudemos verificar que nãõ foram poucos os casos em que criançãs de 10 e 11 anos se equiparavam, se nãõ levavam vantagem, a alunos de cursos superiores.

Que prova isso?

Prova que, falando, lendo e escrevendo bastantemente na escola primãria, os alunos adquirem algum domínio da língua, e, em especial, que, deixando de ler e escrever durante o curso se cundãrio, em que por vêzes as únicas composições sãõ as provas de exames, tais alunos, nãõ só nãõ progrediram, mas ainda perderam o que aprenderam. Para se avaliar a pouca ou nenhuma leitura no curso secundãrio em confronto com o que se lê no primãrio, nãõ se rá preciso mais do que entrar numa livraria e comparar a biblio - grafia nacional destinada às criançãs, que é ponderãvel, com a destinada aos adolescentes, que é quase nula.

Pois bem.

Essa escola primãria, que de algum modo tem feito o seu ofício, e isso se deve em boa parte ao fato de ser a escola de um só professor, sem a especializaçãõ dos cursos secundãrios e supe rior, - essa modesta e profícua escola primãria está a merecer da parte de nossos homens públlicos mais detida atençãõ, porque atra vessa manifestamente um momento crítico.

A populaçãõ cresce e, com ela, a populaçãõ escolar. As dificuldades orçamentãrias e uma desarrazoada distribuiçãõ de re cursos fazem com que nãõ tenhamos escolas públlicas suficientes. As consequências nãõ podem ser piores. De um lado, há o problema das criançãs sem escola primãria, o que é imperdoãvel. De outro lado, precisamente para preencher essa lacuna, esboça-se a tendência da criaçãõ de escolas particulares, e isso significa, como já sucede na Capital da Repúbllica, que começamos a perder uma con quista que havíamos alcançado há muito tempo - a escola única, - que constitui ainda um ideal para grandes povos.

Não negamos a vantagem nem o direito dessas iniciativas particulares, que podem representar até experiências preciosas e renovadoras, mas queremos acentuar o que significa para um povo a existência de uma escola comum, em que desde cedo a criança se acotovele com os seus patrícios de tôdas as procedências sociais e de todos os matizes étnicos.

Limitamo-nos a lembrar um pequeno episódio, em que fomos parte, por volta de 1929, porque dá a medida de uma civilização.

Acompanhávamos uma professora universitária norte-americana numa visita ao Grupo Dom Pedro II, desta capital, quando, entrando numa sala, depois de observar por alguns segundos a classe, ela, com o caderninho de notas em punho, indagou:

- Quais as atividades dos pais dessas crianças?

Apanhamos de pronto o que lhe passava pelo espírito. A classe constava de alunos de tôdas as procedências, de tôdas as situações e de tôdas as côres. Era um genuíno pedaço do Brasil verdadeiro que ali se nos antolhava. Pobres, remediados, ricos, brancos, mulatos e prêtos, sadios ou doentes...

Fomos indagando da professora da classe a situação social dos pais e informando a visitante.

- Comerciante.
- Farmacêutico.
- Lavadeira.
- Funcionário.
- Padeiro.
- Secretário das Finanças.

Não continuamos. Puxando-nos pelo braço e levando-nos para a janela, a fim de esconder a emoção, a visitante nos falou baixinho, com os olhos cheios de lágrimas:

- Democracia!

Pois essa escola, que foi e é uma conquista, corre peri

go no País, se os homens públicos não acudirem por ela, porque, no ritmo em que vamos, pode o ensino particular sobrepujá-la, como acontece na própria Capital Federal.

Muitas e várias as fôrças que a diminuem, salientando-se a falta de hierarquização das necessidades educacionais. Nunca se gastou tanto nem tão mal com o serviço do ensino. É que se desviam do problema essencial, que é a escola, e, particularmente, a escola primária, recursos para problemas sem dúvida importantes, mas, dentro de nossas condições, secundários.

Pedem-se, por exemplo, cursos pré-primários e um 5º ano primário. Quem poderá contestar a evidente utilidade de tais medidas? O que se deve, porém, primacialmente considerar é se o Estado já cumpre o seu dever número um, que é o de proporcionar escolas suficientes para a população escolar.

Impõe-se-nos, por isso, poupar os nossos recursos, e não espalhá-los, oferecendo em primeiro lugar oportunidades educativas para todos.

A êsse problema - claro está - prende-se diretamente a formação de professôres, pois o Estado não só deve criar escolas em número suficiente, mas - o que muito importa - escolas boas. Para tanto, deve esmerar-se no treino dos mestres futuros, o que os norte-americanos bem condensam na expressão preservice education: é o nosso ensino normal, cujas deficiências os nossos inspetores regionais de ensino assinalaram unânimemente durante três semanas de estudos e debates.

Criadas as escolas e bem providas de professôres, é necessário um outro tipo de instituições que mantenham em nível elevado de cultura e eficiência o pessoal em exercício, e é o que os norte-americanos chamam in-service training. Tivemos por alguns anos a Escola de Aperfeiçoamento, com êsse objetivo, e a sua extinção acarretou conseqüências lamentáveis. Procurou atenuá-las o Prof. Aogar Renault, em 1947, com os cursos de férias, instituição evidentemente útil, mas incapaz só por si de realizar o trabalho de um serviço permanente.

Essa é a ordem natural das coisas: se se podem enfrentar todos os problemas a um tempo, pré-primário, primário, profissional, anormais, secundário, superior, enfrentem-se, já que todos são necessários. Se não se puder, porém, disponham-se essas necessidades de acôrdo com a sua importância, pois há necessidades e necessidades.

Essa - convém lembrar - tem sido a lição dos melhores homens públicos de Minas. João Pinheiro, - um universitário - voltou-se quase que exclusivamente para a escola popular. Afonso Pena - um suscitador de valores - criando a Faculdade de Direito, quando Governador do Estado, fêz timbre de lhe dar o cunho de uma instituição privada, preferindo recorrer a uma subscrição pública a onerar os cofres estaduais. E Antônio Carlos, se criou a Universidade de Minas, concedeu-lhe um patrimônio que lhe permitisse viver como instituição particular, e, de qualquer modo, o esforço que desenvolveu para a reorganização de nosso ensino normal e primário, notavelmente cometida a um espírito das singulares dimensões de um Francisco Campos, bem comprova o conceito em que tinha a responsabilidade educacional do Estado.

Essa orientação genuinamente mineira, V. Exa. a tem adotado, Sr. Governador Bias Fortes, com a perfeita compreensão que sempre revelou dos ideais e das necessidades do nosso povo. Basta, para medir-lhe os propósitos, a particularidade de haver escolhido para seu Secretário de Educação, o Prof. Aogar Renault: trata-se de um problema que realmente exige um homem ilustre, e êsse o é na amplitude do termo. Numa fase como esta, em que os partidos se desdobram em reivindicações, na explicável preocupação de predomínio, o Secretário de Educação, que é leal à sua corrente, como lhe é da índole, mais leal ainda se lhe mostra, não se esquecendo de que há problemas, que não podem ser partidários, e que os da Educação pertencem a essa espécie superior. Essa compreensão honra um Partido.

O interêsse que V. Exa. sente e demonstra pela educação pública mais uma vez se testemunha com a sua presença na inauguração do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Podemos dar o nosso depoimento de que tal interêsse não surge agora. Há perto

de trinta anos, no govêrno de Antônio Carlos, de que ambos participávamos, lembra-nos ter-lhe ouvido algumas vêzes referir-se à reforma do ensino que se intentava:

- Casassanta, tenho afirmado que é preciso emendar a Constituição mineira, para se determinar que não se reformará o ensino, dentro de certo período, tão importante reputo o que se está fazendo. O preceito constitucional não impedirá que se desmanche o que se faz, mas sempre dificultará um pouco.

Fica-lhe bem essa atitude, caro Governador, e hoje mais do que nunca, porque os Bias devem querer bem a uma comunhão humana, que, por duas vêzes, os convocou para presidir aos seus destinos.

Se a escola primária merece a primazia do nosso zêlo e de nosso esforço, a ponto de se deverem postergar outros aspectos da questão educacional, úteis mas laterais, - como se explica a instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais que ora se efetua, mercê do convênio do Govêrno de Minas com o Ministério da Educação? Não será êsse um daqueles problemas laterais que vínhamos assinalando?

Com a mão na consciência, achamos que não.

Uma escola, que mereça o nome de escola, não pode ser uma imitação, mas uma criação de todos os dias. Não basta para criá-la, que se construam casas, se treinem professôres ou se copiem sistemas de ensino. É necessário que se faça sob medida para um dado meio, como a roupa que se talha para um dado corpo. Para isso, impõem-se o estudo da criança, o estudo do meio físico e social em que ela vive, o estudo das exigências sociais atuais e futuras, a elaboração de processos adequados de ensino. Em suma: não se compreende uma boa escola desvinculada do lugar, mas sim a êle prêsa por muitas raízes. Nesse sentido, não se pode dispensar um contínuo e inteligente esforço de captação de dados e de renovação de métodos. Dos milhares de vocábulos da língua, arrecadados nos dicionários, que em boa parte são cemitérios de palavras, quais os que merecem preferência na escola? Se se mede com

testes, quase matematicamente, a possibilidade caligráfica de uma criança ou a sua capacidade de cálculo mental, por que teimar em aperfeiçoá-la, mediante exercícios, quando ela já tem alcançado o nível próprio de sua idade e de seu poder? Se é absurdo exigir-se de uma criança o transporte de um peso superior às suas forças, como não será absurdo exigir-se dela uma informação ou uma habilidade superior à sua capacidade? Se é certo que uma pessoa pode decorar mil nomes próprios, que há-de fazer se se lhe pedem cinco mil nomes próprios?

Fazer que a escola explore, interprete e explique um dado meio, para que a criança compreenda e domine êsse meio - é o objetivo do Centro de Pesquisas - que Anísio Teixeira, com a sua aguda visão dos nossos problemas e a sua grande paixão de educador, idealizou e vem instalando, com o amparo de homens públicos esclarecidos, como se patentearam no Ministério dois ilustres concidadãos aqui presentes, Professôres Abgar Renault e Clóvis Salgado, a cuja devoção a Minas devemos a instalação dêste Centro.

Há bem pouco tempo principiamos êsse trabalho de raízes, que é, por isso mesmo, lento e obscuro. A experiência tem-nos ensinado muita coisa. Errando aqui, acertando ali, alcançamos já, em várias pesquisas, o verdadeiro rumo que só penosamente costuma manifestar-se.

A par dessas pesquisas, que por enquanto se circunscrevem à linguagem, pretendemos iniciar outras, como a influência da leitura na personalidade e na vida infantil, a ponderação das necessidades sociais para uma reelaboração de programas, a arrecadação das espécies folclóricas em vias de extinção, e nesse caso está, por exemplo, como brincam as crianças mineiras.

Começamos igualmente o Museu de Leitura, mediante o qual visamos a demonstrar como foi trabalhosa a marcha da humanidade na direção de uma solução científica.

Não nos contentaremos, todavia, com êsse esforço, preciso sim, mas de efeitos demorados.

Atentos ao programa do Governo do Estado, de quem nos consideramos órgão ao mesmo tempo que do Governo Federal, esforçamo-nos para cooperar com êle, na realização de ideais e objetivos imediatos, e, com êsse propósito, por determinação do Sr. Secretário da Educação, planejamos o primeiro curso especializado de inspeção escolar no País, curso êsse de vantagens incontestáveis, que precisamente hoje estamos encerrando.

Delineamos um programa, que foi aprimorado pela Secretaria da Educação, ajuntamos uma boa bibliografia, convidamos alguns professôres de boa vontade que se dispuseram a estudar matéria nova, e o realizamos, com a maior solícitude.

Durante o curso, funcionários da Secretaria da Educação e do Centro de Pesquisas trabalharam ombro a ombro, em pé de igualdade, numa alta expressão de cooperação.

Dentro em breve, outros cursos se sucederão, restaurando-se, assim, o esforço governamental de treino do pessoal em serviço, que já elevou, em dado momento, a nossa cidade à categoria de capital pedagógica do Brasil.

Por sua vez, logo que disponhamos de um instrumento adequado de comunicação, e está por dias, iniciaremos um serviço de informação e de divulgação pedagógica, inclusivamente cursos por correspondência em certos países já constituem peça de administração.

Estudando o nosso meio, examinando as nossas necessidades, buscando elaborar uma escola simples e eficiente, através de investigações de tóda sorte, num trabalho de ciência desinteressada, não deixaremos de atentar para as exigências imediatas, e, assim, achamos que estamos interpretando habilmente o adjetivo regional que qualifica o nosso Centro. Por ser regional, o Centro de Minas diferenciar-se-á necessariamente do Centro da Bahia ou de São Paulo, colorindo-se propositadamente das côres dos gênios do lugar. Genii loci... Ao Centro Nacional, que trabalha sob a notável inspeção de Anísio Teixeira, é que competirá naturalmente a consideração do conjunto.

Com êsse propósito, servir-nos-emos de todos os elementos de que dispusermos, com a absoluta convicção de quem acredita nas virtudes milagrosas da educação.

Outros homens, e bem maiores do que nós, o fizeram, e nada nos ocorre mais sugestivo, para comprovar essa verdade e para fechar estas palavras, do que um pequeno gesto de Benjamin Franklin.

Um ascende núcleo humano, escondido na extensão então despovoada dos Estados Unidos, por volta da revolução da Independência, elegeu para nome o nome de Franklin.

Sensível à homenagem, o patriarca escreveu que desejara mostrar de algum modo o seu aprêço àquela gente amiga, tendo pensado, primeiro, em enviar-lhes um sino para a igreja.

Depois, refletindo melhor, preferiu remeter-lhes alguns pacotes de livros, para início de uma biblioteca, explicando a sua preferência com dizer-lhes que, ao que sabia da índole daquela gente, ela preferia o senso ao som, "sense to sound".

Muitas pessoas leram decerto aquêles livros escolhidos por uma das cabeças mais sensatas que já houve neste mundo.

Um dêles foi um filho de pobres lavradores e se chamou Horace Mann: êle datou da leitura daqueles livros o ponto de partida de seu glorioso destino, transformando-se no educador por excelência de sua nação, pois sem a sua obra educativa poderemos de sassombradamente asseverar que o seu povo não teria atingido os altos níveis de civilização que muito cedo atingiu.

Êsse gesto de Franklin parece-nos fácil de compreender e de imitar.

É o que o Centro Regional de Pesquisas Educacionais se propõe fazer em Minas, oportuna e inoportunamente, conforme o conselho do Apóstolo.

/hb.